

O BEABÁ DO ABC

Roberto Rodrigues *

Recente estudo realizado pelo reconhecido economista Alexandre Mendonça de Barros com dados do Observatório ABC que é abrigado pelo Centro de Agronegócios da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas mostra com clareza meridiana as razões pelas quais o Programa de Agricultura de Baixo Carbono não vem tendo o êxito esperado e, mais do que isso, necessário. Sim, necessário até mesmo em função do compromisso assumido pelo Brasil junto à COP 21, de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025. E, para isso acontecer, a implementação dos temas do ABC, notadamente a Integração Lavoura/Pecuária/Floresta, a recuperação de pastagens degradadas e a redução do desmatamento, tem um papel primordial, além do uso de energia produzida pela agropecuária (etanol, biodiesel, bioeletricidade, biorefinarias).

Infelizmente, dos recursos destinados pelo Plano de Safra do ano passado para o ABC, que foram 3 bilhões de reais, menos de 70% foram aplicados, e as informações preliminares de 2017 apontam para procura ainda menor. Que estaria por trás desse insucesso?

Uma das principais conclusões do estudo indica que a falta de demanda pelo crédito se deve ao fato de que as áreas consideradas prioritárias pelo Programa (as pastagens degradadas) são aquelas com maior risco climático, tem também alto risco econômico e não são cobertas pelas principais rotas logísticas, seja para consumo interno, seja para exportação. Adicionalmente, as taxas de juros e o baixo preço do boi nas regiões prioritárias seriam outros pontos negativos porque sinalizam resultados econômicos insuficientes. E tudo isso desmotivaria os produtores a se associarem ao Programa.

Alexandre Mendonça de Barros faz diversas recomendações para que o Programa seja mais aceito e novos projetos sejam implementados.

Em primeiro lugar, o estudo mostra que falta ao país um arranjo institucional que coordene políticas públicas relacionadas à inteligência territorial, o que inibe o acompanhamento da implantação do Programa ABC nas áreas prioritárias. Tal arranjo avaliaria os investimentos que mudariam a dinâmica de transformações da economia dos produtores. Em outras palavras, é preciso rever o conceito de áreas prioritárias, incorporando também critérios econômicos, além de riscos como o climático. Falta de logística e infraestrutura (até de frigoríficos) e acesso a insumos essenciais são exemplo destes critérios. Isso também significa que as áreas prioritárias podem mudar, incorporando regiões atualmente inadequadas, à medida que nelas sejam criadas as condições referidas acima.

Por outro lado, reconhece que as dificuldades burocráticas para acesso ao crédito ainda são muito grandes, exigindo um grau de informações que nem sempre são acessíveis aos produtores e seus consultores. É preciso simplificar isso, e para tanto são muito bem vindos os esforços do MAPA e do BNDES.

O estudo ainda recomenda que o crédito concedido seja mais atraente em termos de juros reais, ao mesmo tempo em que estes créditos sejam acoplados a

seguro rural digno desse nome, com subvenção oficial de boa parte dos prêmios. Isso reduziria o risco e atrairia muitos produtores hoje resistentes ao Programa.

E, embora os recursos aplicados no ABC desde sua criação até hoje – que já somam 14 bilhões de reais – sejam muito significativos, é possível aumentar bem mais esta demanda: é a idéia de “copo meio cheio”.

Mas o fato é que um Programa tão interessante não pode ficar com esta impressão. As sugestões de Alexandre podem encher o copo todo.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio.**